

REGISTRO DE REUNIÃO	
Data:	14/02/2022
Reunião:	1ª Reunião do GTA OH
Grupo:	Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica
PARTICIPANTES	
INSTITUIÇÃO	
Aline Alvarenga	AGEVAP
André Marques	AGEVAP
Camila Reggiani	CIESP Jacarei
Celso Bandeira	UFJF
Celso Fraga	Petrobrás/REVAP
Celso Junior	FCCSA
Daiane Santos	AGEVAP
Daniel Okumura	CEDAE
Edilson de Paula	CBH PS
Edson Luciano	CESP
Eduardo Araújo	IGAM
Gisele Boa Sorte	SEAS
Izabela Andrade	INEA
João Gomes	CBH BPSI
José Azevedo	CESP
Jose Jorge Rossi	CEDAE
José Luiz Governo	CSA
Larissa Costa	INEA
Luiz Roberto Barretti	ABRHidro
Marcelo Carvalho	Furnas
Marina Assis	AGEVAP
Osman Fernandes	ANA
Paulo Diniz	ONS
Raíssa Galdino	Prefácio
Renato Veneziani	CBH PS
Roberto Moraes	ANA
Thiago Antonino	Lavrinhas Energia
Vera Lúcia Teixeira	CBH MPS
Tipo:	Videoconferência
Local:	Microsoft Teams
RELATO DA REUNIÃO	

Item 1 – Posse dos novos membros

A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) iniciou a reunião se apresentando e fazendo a leitura da composição do GT que está prevista na deliberação de criação do grupo. Informou que ainda existem algumas vacâncias, mas que o Sr. João Siqueira, como Secretário do CEIVAP, pode dar posse aos membros presentes. Após a apresentação dos representantes, o Sr. Thiago Antônio (Lavrinhas Energia), questionou se no item 3 – usuários da água, poderiam concorrer por ser do setor elétrico. A Sra. Aline disse que é preferencialmente de saneamento. O Sr. Celso Fraga (Petrobras) perguntou se ainda poderiam manifestar interesse e foi dito que sim, mas que passaria pelo entendimento da Diretoria. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS) perguntou sobre a listagem de prefeituras e a Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) mencionou que a única confirmada até o presente momento é a de São João da Barra, mas as vagas devem ser divididas entre os três estados, sendo que outras podem participar como convidadas. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) questionou se poderia representar o IGAM e o SEMAD concomitantemente. A Sra. Aline pontou que não há impedimento legal para essa situação, mas o ideal seria replicar o que está na Plenária, nesse caso a questão precisa ser levada até a Diretoria. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS) sugeriu a possibilidade de incluir os municípios de Barra Mansa, Barra do Piraí, Resende e Volta Redonda como convidadas, já que sofrem muitos impactos tanto na seca, quanto na cheia. Sem mais manifestações, o Sr. João Gomes (CBH BPSI) empossou os novos membros do GT.

Item 2 – Eleição e posse do novo coordenador

A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) mencionou que seria importante que o grupo de trabalho tivesse também um coordenador substituto, afim de facilitar o trabalho. A Sra. Larissa Costa (INEA), atual coordenadora, manifestou interesse em continuar no cargo e havendo somente manifestações favoráveis, a mesma foi empossada. O Sr. Renato Veneziani (CBH PS) demonstrou interesse ao cargo de coordenador substituto, e também sem oposições, foi empossado.

Item 3 – Aprovação do registro da 9ª reunião, realizada em 13/12/2021

A Sra. Larissa Costa (INEA) cumprimentou a todos e solicitou que os membros enviem no chat seus nomes e instituições. O registro da 9ª reunião do GTAOH foi espelhado, e sem manifestações, aprovado.

Item 4 – Apresentação do ONS: Condições hidrológicas e de armazenamento da Bacia do Rio Paraíba do Sul

O Sr. Paulo Diniz (ONS) iniciou a apresentação explicando que primeiro serão avaliadas as condições hidrológicas observadas ao longo do período chuvoso. No gráfico exposto, explicou que seria o hidrograma da vazão natural de Santa Cecília, em uma fotografia de 3 anos. Comentou que o mais importante é avaliar o momento que o hidrograma passou de 190 m³/s, o que significa que estão armazenando água no sistema, e principalmente no período seco, no momento onde complementam com os recursos armazenados nos reservatórios. Comparando com o ano anterior, até o momento ainda existe um acumulado menor, no entanto ainda poderá ocorrer algumas chuvas. Em outubro de 2021 houve a antecipação do período chuvoso, depois poucos pulsos em dezembro e janeiro, além da primeira quinzena de fevereiro. O reflexo disso dentro da capacidade de armazenamento do Paraíba do Sul é a ascensão da recuperação dos reservatórios que fecharam dia 13/02/2022 com 41,78%. Funil é o reservatório que dispara e está um pouco acima do seu volume de espera, precisando ser controlada a operação hidráulica para o controle de cheias. Jaguari também está com recuperação bastante significativa e Paraibuna ainda está em inércia por ser o maior reservatório do sistema, não é qualquer pico que consegue reenchê-lo. Todos os reservatórios estão com perspectiva ascendente e a expectativa dos próximos dias é de recessão. Pontuou que apesar de terem previsões, a chuva para fins de recuperação de reservatório tem que ocorrer nas cabeceiras do Paraíba do Sul. Apresentou os

dois recentes picos de vazões afluentes observados em Paraibuna, sendo observada também a recessão, mas ainda com a trajetória de vazões superiores a defluência. Em Santa Branca, praticamente há a mesma defluência de Paraibuna e a tendência é manter a política de operação ao longo das próximas semanas. Se em algum momento houver uma recuperação um pouco maior, poderá ser avaliado diminuir a defluência de Paraibuna, mas levando em consideração todas as questões a jusante. Em Jaguari, dentro do possível, há a minimização dos 4 m³/s, há um pequeno aumento pontual da defluência por questões elétricas, dentro desse contexto continua uma trajetória razoável de recuperação do reservatório com 49%. Em Funil, conforme já citado, desde meados de janeiro vem sendo operado para fins de controle de nível e cheias de jusante, nesse momento há um volume de armazenamento superior ao volume de espera, mas já estão tentando antecipar os degraus do volume de espera. Finalizou a apresentação falando que a gestão da água dos reservatórios se dá no período de seca que inicia no final de abril, início de maio. A partir daí que se utiliza a curva de segurança. O Sr. João Gomes (CBH BPSI) solicitou que o Sr. Paulo voltasse ao gráfico de todos os reservatórios e que explicasse as curvas descendentes de Funil nos períodos de maio e junho de 2020 e 2021. O Sr. Paulo Diniz (ONS) explicou que o motivo da queda é o estabelecido na Resolução n.º 1382/2015 que aponta que o primeiro reservatório como prioritário no uso do sistema equivalente da bacia do Paraíba do Sul é Funil, ou seja, só poderão começar a esvaziar os outros reservatórios depois que o esvaziar. Agora, em relação apenas ao gráfico apresentado de Funil, o Sr. João questionou que em 2021 teve a curva de deplecionamento, em outubro do mesmo ano houve uma vazão afluente e não teve uma curva descendente, não poderiam ter deplecionado mais, já que houve um aporte grande de água nesse período. O Sr. Paulo Diniz disse que a tempo levou essa questão ao GAOPS de baixar até 20%, pois realmente era a sua intenção, no entanto o problema de Funil é que só esse pequeno pulso de vazão jogou ele de 33% para 45% em 3 dias. O ideal era poder usar Funil em torno de 20% ao longo de setembro/outubro pois não há chuvas significativas, mas isso a partir do início do período chuvoso é mais complicado. Sugeriu que precisa ser buscado ao longo dos próximos tempos uma flexibilidade maior, de já poder baixar Funil mais antecipadamente. O Sr. João Siqueira (CBH BPSI) perguntou por quê só deplecionaram até 30% se a meta era 20% e o que falta para regulamentar junto ao CEIVAP a meta de 20% a partir de setembro. O Sr. Paulo Diniz (ONS) lembrou que a bacia do Paraíba do Sul é de dimensões pequenas em relação a outras bacias operadas, a sua posição em relação a incidência da principal fonte de precipitação, que são as frentes frias, é longitudinal. Está exatamente no eixo de translação das frentes frias, a previsibilidade dos sistemas em relação a bacia é muito baixa. Em relação a segunda pergunta, seria necessária uma revisão da Resolução Conjunta ANA/DAEE/IGAM/INEA Nº 1382/2015, que já foi sinalizada até pela ANA. O Sr. João Gomes (CBH BPSI) se propôs a fazer uma apresentação no grupo sobre o estudo desenvolvido no Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana em relação a estimativa em hm³ das cheias ocorridas em Campos, ou seja, quanto os rios contribuíram. A Sra. Larissa Costa (INEA), complementando a fala do Sr. Paulo, lembrou que em 2021 foram meses perseguindo a operação de 190 m³/s, foi quando encontraram a brecha na resolução conjunta da possibilidade do GAOPS fazer alguns comunicados, principalmente alterando o terceiro estágio do deplecionamento. Como havia a previsão de que alguns reservatórios precisariam ficar abaixo do limite estabelecido no terceiro estágio, foi quando aprovaram de imediato a utilização de Funil até 20%. Discussão que foi levada até dezembro com a preocupação de não ter janeiro com 30%, mas ocorreu uma chuva que o subiu rapidamente. O Sr. Roberto Morais (ANA) falando em relação aos 30%, disse que precisa ser lembrado o processo de pactuação da resolução feito em 2015. Deve ficar claro que há um interesse do Rio de Janeiro para nível de garantia, a outorga da ANA teoricamente permite que vá até 0%, ponderando os riscos. Sugeriu que crie-se um processo de discussão dentro do próprio GT, para chegarem a um número fundamentado com parâmetros. Em relação a revisão, ela é muito complexa, pois terá também que passar pela esfera judicial. O Sr. Marcelo Carvalho (Furnas) demonstrou concordância com os apontamentos anteriores, e pontuou que é preciso ter em mente que a região Sudeste do Brasil passou por uma crise hídrica, que ainda não se há nenhuma confirmação de ter sido superada, fator que pode ser usado como um motivador forte para pedir a revisão. Em relação a fala dos extremos ocorridos em Campos dos Goytacazes, salientou que dentre os reservatórios utilizados Funil é o mais a jusante, citou o exemplo do controle de cheias feito em Barra Mansa que chegaram a 900 m³/s, mas poderiam ter chegado a 1200 m³/s com inundações

graves. Um número de 300 m³/s que o reservatório de Funil consegue aliviar no Médio Paraíba do Sul é um ganho que, infelizmente, não podem passar para a jusante. As cheias da região do Baixo Paraíba do Sul infelizmente seguirão sem controle pois não há reservatório de acumulação neles. Deixou o pensamento de que não precisa de Usina Hidrelétrica para criar reservatórios para controle de cheias, assunto que deve ser levado ao Comitê. A Sra. Larissa Costa (INEA) disse que quando pensaram nos 30% tinha também a questão de qualidade da água, apesar disso já estão há 5 anos trabalhando com a resolução, e já foram identificadas melhorias e flexibilização, então precisam discutir a ideia para quando chegar o momento de conversar com os órgãos gestores terem todos os pontos mapeados e embasamentos. O Sr. Edilson de Paula (CBH PS) expressou que deve ser ponderado que qualquer intercorrência que possa haver em relação ao nível de Funil se for levado a 20%, fica com uma lacuna de 7 dias para água chegar as cabeceiras. Em relação ao risco de operar Funil muito baixo, o Sr. Paulo Diniz (ONS) disse julgá-lo muito baixo trabalhando no terço final do período seco. Em 22 de janeiro de 2015 chegaram a operar com cerca de 3,49%, tendo sido estudada a possibilidade de operarem com volume morto, e com Furnas e INEA fazendo campanhas de qualidade da água. Há uma margem grande de folga em relação a esses parâmetros, tradicionalmente Funil era operado a 15%, mas por conforto eletromecânico isso foi mudado, o volume precisa ser recalculado e pode ser resgatado pelo ONS. O Sr. Roberto Morais (ANA), em sentido de passar essa solicitação ao GAOPS, sugeriu que a discussão por enquanto permanecesse apenas no GTAOH para que todos esses embasamentos sejam estudados e trabalhados. O Sr, Paulo Diniz propôs que fosse feita uma avaliação técnica no GAOPS capitaneada pelas instituições que fazem parte dele, resgatando a nota técnica onde o ONS fez uma avaliação de toda a resolução. O Sr. Marcelo Carvalho (Furnas) contou que na época da resolução o setor elétrico fez modelos para fazer as simulações da bacia do Paraíba do Sul, que poderia ser disponibilizado para o GAOPS usar como ferramenta.

Item 5 – Assuntos Gerais.

A próxima reunião ficou pré-agendada para o dia 02/05/2022 às 14h30min.

A Sra. Vera Lúcia (CBH MPS) comunicou e convidou o grupo para a Expedição Ambiental Nascentes do Paraíba que se inicia dia 07 de março de 2022 pelo CBH Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, e se encerrando no dia 23 de março no CBH Médio Paraíba do Sul.

Sem mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada.

Registro da reunião elaborado por:

AGEVAP